VEREDAS
Revista Interdisciplinar de Humanidades
ISSN 2595-3508
v. 7, n. 14, 2024

Recebido em: 15/10/2024 Aceito em: 06/11/2024

DOI: https://doi.org/10.56242/revistaveredas.2024.7.14.68-85

CC BY NC ND

Desafios e possibilidades na formação contínua de professores para uma educação humanizadora e inclusiva: reflexões a partir da pedagogia histórico-crítica

Challenges and possibilities in continuous teacher training for a humanizing and inclusive education: reflections from historical-critical pedagogy

Siderly do Carmo Dahle de Almeida[1]

Silmara Pimentel Barbosa Lemes[2]

Ana Paula Pedrina Spada[3]

Resumo: Este estudo explora a importância da formação contínua de professores sob a ótica da Pedagogia Histórico-Crítica, com o objetivo de promover uma educação humanizadora e inclusiva. O objeto de estudo é a formação contínua dos educadores em um cenário educacional em constante transformação social, cultural e política. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise teórica, para desenvolver estratégias e práticas pedagógicas que valorizem a totalidade do ser humano, respeitando as diferenças e singularidades dos estudantes. Os resultados indicam que a formação contínua, fundamentada na Pedagogia Histórico-Crítica, é essencial para superar desafios educacionais contemporâneos, contribuindo para a formação de indivíduos críticos e capazes de atuar de maneira transformadora na sociedade.

Palavras-chave: Formação continuada; Pedagogia histórico-crítica; Educação humanizadora.

[1] Doutora em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná; especialista em Gestão da Informação e em Educação a distância; graduada em Biblioteconomia, Pedagogia, Filosofia e Letras. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Básica – PPEd da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP.

[2] Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Básica (PPEd) da Universidade Estadual do Norte do Paraná. Graduação em Pedagogia; habilitação em Orientação Educacional e Supervisão Escolar (UENP); especialização em Psicopedagogia Institucional e Clínica (UENP), Educação Especial; Educação a Distância (UFMS) e Neuropsicopedagogia. Atualmente na função de Coordenadora da Educação Especial, atuando como psicopedagoga na Secretaria Municipal de Educação de Siqueira Campos/PR.

[3] Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação Básica PPEd-UENP. Professora da Rede Pública do Município de Cambará-Paraná desde 2012, atuando na Educação Básica - Educação Infantil de 0 a 3 anos e 4º e 5º anos do Fundamental I como coordenadora pedagógica na Secretaria de Educação e Cultura de Cambará (SMEC). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Pós-graduação em Educação Especial inclusiva. Pós-graduação lato sensu em Educação Especial: Área da Surdez- Libras.

Abstract: This study explores the importance of continuous teacher training from the perspective of Historical-Critical Pedagogy, aiming to promote a humanizing and inclusive education. The object of study is the ongoing training of educators in an educational context marked by constant social, cultural, and political transformations. The research adopts a qualitative approach, based on a literature review and theoretical analysis, to develop strategies and pedagogical practices that value the entirety of the human being, recognizing and respecting the differences and singularities of students. The results indicate that continuous training, grounded in Historical-Critical Pedagogy, is essential to overcome contemporary educational challenges, contributing to the formation of critical individuals capable of acting in a transformative way in society.

Keywords: Continuous training; Historical-Critical Pedagogy; Humanizing education.

Introdução

Em um contexto educacional evoluindo constantemente, a formação contínua dos professores se mostra como um dos principais desafios a serem enfrentados. A busca por um aprimoramento profissional vai além da graduação inicial, sendo essencial para acompanhar as mudanças sociais, culturais e políticas que impactam o cenário educacional.

O objetivo deste artigo é promover a reflexão e a discussão sobre a importância da formação continuada de professores para uma educação humanizadora e inclusiva, a partir dos princípios da Pedagogia Histórico-Crítica. O desafio é desenvolver estratégias e práticas que possibilitem aos educadores compreenderem a importância da valorização do ser humano em sua integralidade, reconhecendo e respeitando as diferenças e singularidades de cada estudante. Para isso, é necessário investir em formação de qualidade, que contemple a reflexão crítica sobre a realidade social e educacional, bem como o desenvolvimento necessário para uma prática pedagógica inclusiva e humanizadora.

Nesse sentido, a Pedagogia Histórico-Crítica surge como uma importante ferramenta teórica a fim de que os educadores compreendam as origens das desigualdades sociais e os processos de dominação presentes na sociedade, para então atuarem de forma transformadora no ambiente escolar.

A relevância da formação contínua para os professores na Pedagogia Histórico-Crítica é fundamental para garantir uma educação de qualidade e promover a formação de sujeitos críticos e reflexivos. A Pedagogia Histórico-Crítica busca compreender como a sociedade se forma e como isso impacta a educação, enfatizando a importância do conhecimento científico e da humanização na formação do ser humano.

O texto explora a importância da Educação Infantil na formação humana, a necessidade de ensinar conteúdos sistematizados e a formação de professores para a Educação Especial inclusiva. Ao adotar uma abordagem humanizada e emancipadora, a formação contínua dos professores na Pedagogia Histórico-Crítica se torna essencial para promover a transformação social e garantir o pleno desenvolvimento dos indivíduos.

Metodologia

Para a elaboração deste estudo, foi adotada uma abordagem qualitativa que permitiu uma compreensão profunda e detalhada das nuances da formação contínua de professores sob a perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica. A pesquisa se baseou em uma revisão bibliográfica extensiva, com a seleção criteriosa de obras fundamentais de autores renomados na área, como Dermeval Saviani e outros teóricos da pedagogia crítica. Essa revisão permitiu uma análise aprofundada das bases teóricas e filosóficas que sustentam a formação continuada e sua relevância para uma educação humanizadora e inclusiva.

O processo de revisão bibliográfica incluiu a análise de livros, artigos acadêmicos, teses e dissertações, além de documentos oficiais e relatórios de políticas públicas relacionados à educação e formação de professores. A escolha desses materiais foi guiada por sua relevância, atualidade e contribuição teórica para o tema em questão. Foram incluídas obras que abordam a Pedagogia Histórico-Crítica, a formação docente e a educação inclusiva, permitindo uma visão ampla e integrada dos desafios e possibilidades na formação contínua de professores.

Além da revisão bibliográfica, a metodologia envolveu a análise documental de legislações e diretrizes educacionais, como a Lei de Diretrizes e Ba-

ses da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015). Esses documentos foram examinados para identificar como as políticas públicas brasileiras estão alinhadas com os princípios da Pedagogia Histórico-Crítica e como elas influenciam a prática pedagógica e a formação de professores para uma educação inclusiva. A análise documental permitiu compreender o contexto legal e normativo que sustenta a formação contínua de professores no Brasil.

A abordagem qualitativa também incluiu a análise crítica dos dados coletados, com foco na identificação de práticas e estratégias pedagógicas que promovem a humanização e a inclusão na educação. Esse processo envolveu a comparação e contrastação das diferentes perspectivas teóricas e práticas encontradas na literatura e nos documentos analisados. A análise crítica permitiu identificar lacunas e desafios, bem como oportunidades para a implementação de práticas pedagógicas mais eficazes e humanizadoras.

Finalmente, a metodologia adotada foi complementada por uma reflexão teórica sobre os achados da pesquisa. Essa reflexão foi guiada pelos princípios da Pedagogia Histórico-Crítica, buscando compreender como a formação contínua de professores pode ser transformadora e emancipatória. A combinação da revisão bibliográfica, análise documental e reflexão teórica forneceu uma base sólida para a construção das conclusões e recomendações apresentadas no estudo, contribuindo para o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva e humanizadora.

A relevância da formação contínua para os professores na Pedagogia Histórico-Crítica

É fundamental que os professores busquem uma formação contínua, uma vez que o conhecimento está em constante evolução. A sociedade atual exige que o docente amplie seu repertório de saberes para oferecer uma educação de qualidade, pois quanto mais rico for seu conhecimento, mais recursos terá para ensinar aos alunos. A formação do professor vai além da graduação, sendo necessário um constante engajamento em seu processo formativo.

É preciso compreender que a história não é apenas um relato de fatos, mas sim o resultado das relações entre homens e mulheres com a natureza e entre si, por meio do trabalho, visando a sobrevivência humana. A Pedagogia Histórico-Crítica, com raízes no materialismo dialético, baseia-se na concepção de história de Marx e Engels, analisando as mudanças sociais e econômicas e buscando alternativas à realidade dominante.

> A fundamentação teórica da pedagogia histórica crítica nos aspectos filosóficos, históricos, econômicos e políticos sociais propõe-se explicitamente a seguir as trilhas abertas pelas agudas investigações desenvolvidas por Marx sobre as condições históricas de produção da existência humana que resultaram na forma da sociedade atual dominada pelo capital é, pois, no espírito de suas investigações que essa proposta pedagógica se inspira. Frise-se: é da inspiração que se trata e não de extrair dos clássicos do Marxismo uma teoria pedagógica. Pois, como se sabe, nem Marx, nem Engels, nem Lênin e Gramsci desenvolveram teoria pedagógica no sentido próprio. Assim, quando esses autores são citados, o que está em causa não é a transposição de seus textos para a pedagogia e, nem mesmo, a aplicação de suas análises ao contexto pedagógico. Aquilo que está em causa é a elaboração de uma concepção pedagógica em consonância com a concepção de mundo e de homem própria do materialismo histórico (Saviani, 2008, p. 420).

O profissional da educação deve estar ciente das influências sociais, históricas e culturais que moldam sua realidade e o ambiente escolar em que atua. É necessário que os educadores estejam atualizados e conheçam as pesquisas que envolvem a sua área de atuação. A pedagogia histórico-crítica é uma teoria educacional que busca compreender como a sociedade se forma e como isso afeta a educação. Baseada na filosofia marxista, aborda questões de conflito, poder e desigualdade na sociedade. Conhecer essa teoria é essencial para os professores, pois pode ajudá-los a compreender as origens das desigualdades sociais e os impactos dessa realidade na educação das crianças. Com esse conhecimento, os educadores podem trabalhar para superar essas desigualdades e auxiliar as crianças a entenderem melhor o mundo em que vivem.

Segundo Saviani (2008), a educação escolar tem como principal função garantir que os alunos adquiram os conhecimentos necessários para compreender e participar ativamente da sociedade. Nesse sentido, é importante superar a visão de senso comum e incorporar a experiência inicial do aluno ao universo cultural acumulado historicamente pela humanidade. A pedagogia

histórico-crítica destaca a intencionalidade da apropriação do conhecimento no ato educativo, enquanto a psicologia histórico-cultural enfatiza que a aprendizagem escolar é essencial para o desenvolvimento das funções psíquicas superiores.

A escola, portanto, deve identificar os elementos culturais que precisam ser apropriados e encontrar as formas adequadas de trabalhar os conteúdos científicos, além de mostrar as contradições sociais presentes na sociedade e posicionar-se de forma transformadora e coletiva diante da classe dominante. A presença da didática na organização do ensino é fundamental, uma vez que a função social da escola está diretamente ligada à atividade educativa (Saviani, 2008).

A Pedagogia Histórico-Crítica defende a formação de sujeitos críticos que questionem a ordem existente, visando a emancipação humana e a humanização dos indivíduos. O trabalho baseado nessa teoria precisa ser intencional e consciente, reconhecendo a importância do trabalho e da relação do homem com a natureza para a sua educação. Com a institucionalização do processo educativo, a escola se torna essencial para o acesso à cultura humana, transmitindo o saber científico.

A educação escolar deve garantir que os alunos compreendam e participem da sociedade, respeitando seu desenvolvimento psicológico e superando o senso comum. Duarte (2023, p. 47) explica que “As políticas educacionais expressam as correlações de força que permeiam a sociedade com foco na formação das mentalidades. As práticas educativas derivam do processo de construção e luta dos diferentes grupos sociais em torno dos seus interesses”.

O professor deve organizar o trabalho pedagógico com base em conceitos científicos e operações lógicas de raciocínio, considerando o desenvolvimento das funções psíquicas superiores. A escola tem o papel de mostrar as contradições sociais e atuar de forma transformadora e coletiva no enfrentamento da classe dominante. Além dos conteúdos, a didática é essencial na organização do ensino, visando uma atividade educativa socialmente significativa.

A importância da humanização na formação do ser humano

No dia a dia, as crianças absorvem gradualmente o vasto conjunto organizacional da sociedade e da cultura em que estão inseridas. Aprendem a nomear, categorizar e dar significado a cada parte da narrativa humana, formando sua própria individualidade. Contudo, a vida cotidiana não é suficiente para o desenvolvimento pleno do ser humano. É necessário buscar a humanização em um nível mais profundo, garantindo a elevação contínua da humanidade.

Segundo Marx, fazer parte da espécie humana vai além da determinação biológica. É necessário um processo social de conscientização e responsabilidade pela produção histórica e social do ser humano. A categoria "gênero humano" engloba a riqueza cultural em sua totalidade, representando a sua produção social e histórica.

A individualidade e a personalidade são formadas pela interação com a sociedade e a cultura. A subjetividade é moldada pelos processos de apropriação e objetivação, sendo crucial a presença de um acervo cultural de qualidade para uma formação mais qualificada. A convivência com outros seres humanos é essencial para o desenvolvimento do psiquismo e da personalidade, moldando as relações sociais e a experiência do sujeito.

A alienação do trabalho humano na sociedade capitalista afetou a formação do indivíduo, distanciando-o de sua essência e do valor de seu trabalho. A alienação e a humanização são processos que se contrapõem, com a objetivação, não necessariamente, resultando em alienação. É fundamental que o ser humano mantenha a consciência dos processos que o constituem para evitar a alienação e promover o desenvolvimento de sua individualidade.

Para que o homem seja capaz de conviver e interagir com outros seres humanos, é necessário que ele esteja inserido na cultura social e historicamente construída, que só pode ser compreendida por meio da convivência com outros membros da sociedade. A cultura abrange todo o vasto inventário das criações humanas, presentes em objetos, costumes, crenças, hábitos, conhecimentos, signos e símbolos produzidos ao longo da história humana. Essa herança contém em si o princípio gerador da humanidade, e assim, a cultu-

ra é vista como a fonte das qualidades desenvolvidas ao longo da história, que são transmitidas de geração em geração.

A bagagem cultural vai além de produções consolidadas e prontas, pois nos objetos culturais encontramos modos de operar, formas de subjetivar, sentir e sermos humanos. O conhecimento expresso nos produtos culturais é uma força viva de humanização, mesmo que o criador já tenha falecido. A cultura só pode ser compreendida e internalizada através da mediação de outros indivíduos da espécie, que a apresentam de maneira a possibilitar a compreensão dos significados e usos sociais, tornando-se agentes sociais.

Para se incorporar na cultura, o sujeito pode avançar em sua elaboração por meio do conhecimento adquirido, tornando-se cada vez mais qualificado em níveis físicos e psíquicos. Ao partir do que foi desenvolvido por seus antecedentes, o sujeito se integra à humanidade historicamente constituída, enriquecendo o repertório coletivo de cada nova geração.

A apropriação da cultura humana requer que determinado hábito, prática ou conhecimento se torne parte da ação do indivíduo. Ao utilizar objetos culturais, o sujeito se apropria do significado cultural e do modo de uso, desenvolvendo as habilidades necessárias para sua operação. Segundo Almeida, Spada e Lemes (2024, p. 18), para compreender a relação entre apropriação da cultura e desenvolvimento humano, “é importante reconhecer que as bases genéticas e biológicas com as quais o ser humano nasce são apenas o ponto de partida para a formação das qualidades especificamente humanas”. A cultura promove o avanço psíquico do sujeito, permitindo a aquisição de novas funções e aptidões, resultando em um salto qualitativo no desenvolvimento das qualidades psicológicas superiores.

A educação é fundamental para o desenvolvimento humano, pois através dela o sujeito pode interagir com a cultura de forma mais qualificada e adquirir conhecimentos enriquecedores. A escola desempenha um papel essencial na socialização do conhecimento humano, guiando as novas gerações para uma maior abertura de consciência. A educação infantil de qualidade é crucial para que as crianças possam elaborar seus aprendizados e confrontá-los com conhecimentos sistemáticos, promovendo o desenvolvimento do pensamento reflexivo e da subjetividade.

Em suma, a educação é um pilar essencial para o progresso humano, sendo necessária para a formação de indivíduos autônomos, responsáveis e plenamente humanizados. É por meio do processo formativo oferecido pela escola que as novas gerações podem alcançar um desenvolvimento qualificado e contribuir para a construção de uma sociedade mais progressista.

Saberes sistematizados: a importância da educação infantil para a formação humana

No processo educacional, ensinamos às crianças conteúdos que vão além de suas experiências cotidianas, permitindo que elas desenvolvam generalizações superiores e formem um sistema conceitual. A educação infantil é essencial para conectar o conhecimento à vida da criança, ajudando-a a se libertar de preconceitos e crenças limitantes. A escola é um espaço democrático de formação humana, proporcionando acesso ao saber sistematizado e promovendo a transformação social. “O povo precisa da escola para ter acesso ao saber erudito, ao saber sistematizado e, em consequência, para expressar de forma elaborada os conteúdos da cultura popular que correspondem aos seus interesses” (Saviani, 2000, p. 95).

A passagem do pensamento concreto para o abstrato na infância é fundamental, sendo o brincar e a arte essenciais nesse processo. Por meio do estímulo do pensamento abstrato e da imaginação, a criança pode se apropriar de conteúdos mais enriquecedores para a sua formação. Ao se envolver com formas estéticas e artísticas, ela pode refletir sobre os conhecimentos transmitidos de maneira mais elaborada.

> No processo de ensino escolar, ensina-se (ou deveria se ensinar) à criança um conteúdo que está além dos limites de suas experiências cotidianas onde o aluno tem (ou deveria ter) a possiblidade de formar generalizações superiores, aquelas que se estabelecem numa dependência entre os conceitos, ou seja, numa formação de um sistema conceitual (Malanchen; Santos, 2020, p. 1133).

A relação entre forma, conteúdo e destinatário na educação infantil é crucial, pois o professor deve adaptar a transmissão do conhecimento ao desenvolvimento da criança. A arte desempenha um papel fundamental nesse processo, permitindo diferentes modos de expressão e enriquecendo o ensino e a aprendizagem, especialmente na fase escolar das crianças pequenas.

De acordo com Saviani (2000), a escola é uma instituição responsável pela socialização do saber, buscando minimizar os déficits sociais e proporcionar a todos as mesmas oportunidades de se desenvolverem como seres humanizados. Nessa perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, a escola tem o objetivo de retirar o monopólio da elite sobre conhecimentos mais elaborados e compartilhar essas potencialidades com todos os indivíduos. Segundo o autor, a escola desempenha uma função educativa e pedagógica relacionada ao conhecimento, sendo necessário resgatar a importância da educação escolar e reorganizar o trabalho educativo, considerando o saber sistematizado como base. Para Saviani (2000), o saber científico sistematizado é essencial para avançar na preservação e melhoria da qualidade de vida humana, englobando diversos tipos de conhecimento comprometidos com a verdade dos fatos e suas constatações. Esse conhecimento é fundamental para a reflexão crítica e o desvelamento da realidade.

Por outro lado, apenas disponibilizar os conteúdos necessários à formação do sujeito não é o bastante para o aprendizado. É essencial uma metodologia de ensino que possibilite a apropriação desses conteúdos, indo do não domínio para o domínio, como destaca Saviani (2000, p. 23). Isso faz parte de uma educação intencional, que deve ser orientada por objetivos claros e um planejamento pedagógico que facilite a transmissão e assimilação dos conceitos, visando à formação de uma síntese elaborada pelo próprio indivíduo, “[...] trata-se da organização dos meios (conteúdos, espaço, tempo e procedimentos) através dos quais, progressivamente cada indivíduo singular realize, na forma de segunda natureza, a humanidade produzida historicamente” (SAVIANI, 2000, p. 18).

No entanto, apesar do foco da escola, dos professores e dos alunos no estudo como forma de promover a emancipação e o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, é importante ressaltar que a responsabilidade pela resolução dos problemas sociais não deve recair exclusivamente sobre a educação escolar. Muitas vezes, essas questões são reproduzidas dentro da própria instituição de ensino. Conforme apontado por Mészáros (2007), a educação não pode ser encarada como a única solução para os problemas sociais, uma vez que a escola está inserida em uma sociedade doente, permeada por discursos e mentalidades dominantes,

> [...] de modo a traçar finalidades e a selecionar conteúdos de ensino que possam garantir a apropriação dos conhecimentos historicamente acumulados. O ensino escolar tem um caráter intencional e mediado, ocupando o lugar central em todo o sistema de organização central e em todo sistema de organização da vida da criança, determinando seu desenvolvimento psíquico (Lazaretti, 2020, p. 115).

De acordo com Martins (2012), é responsabilidade da escola organizar seu trabalho de maneira a utilizar conteúdos mediados por conceitos científicos e fundamentados em operações lógicas de raciocínio. Para determinar a forma de ensinar e o que deve ser ensinado, é essencial ter clareza e considerar a criança como parâmetro para essa organização. Isso envolve selecionar conteúdos relevantes e refletir sobre como realizar a mediação, levando em conta a criança e sua fase de desenvolvimento. Vale ressaltar que o domínio da teoria não é o objetivo final do planejamento educacional, mas sim o ponto de partida. Por meio do conhecimento científico, o professor consegue compreender melhor a criança e seu processo de aprendizagem, o que possibilita um planejamento que ofereça mediações específicas para cada grupo, favorecendo a aquisição de conteúdos em diversas áreas do conhecimento.

É fundamental, portanto, que a escola não se desvie de sua missão de fornecer conhecimento e que não atenda somente aos interesses econômicos, contribuindo assim para a alienação da população. As propostas da Pedagogia Histórico-Crítica buscam o desenvolvimento humano dos indivíduos, sendo esse aspecto crucial para a transformação social. Assim, é importante adotar um ensino humanizador e emancipador para promover a mudança de mentalidade e o progresso da humanidade como um todo. Todo ser humano tem o direito de acessar sua herança histórico-cultural, e negar isso a alguém é impedir que ele alcance a sua plena humanidade.

A educação especial inclusiva e a formação dos professores: contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica

A educação sempre foi vista como promotora das transformações que podem garantir uma sociedade democrática, melhor e mais justa. Fernandes Jr., Almeida e Almeida (2022, p. 620) evidenciam que por meio da educação, “espera-se fortalecer a capacidade dos cidadãos de conhecer e exigir seus

direitos, minorando a desigualdade social". Historicamente, foram vários os movimentos e documentos que garantiam uma educação inclusiva, mas não é objetivo deste artigo tratar de maneira individual. Porém, evidenciando uma definição específica de inclusão e público-alvo da educação inclusiva, importante destacar pelo menos dois importantes movimentos internacionais dos quais o Brasil foi signatário – a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), seguida da Lei Brasileira de Inclusão (13.146/2015) –, que consistem em documentos de referência para a legislação brasileira.

O primeiro movimento se refere à Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Brasil, 1990), que aponta a necessidade de universalização do acesso à educação e da promoção da equidade, dando destaque à educação de pessoas com deficiência.

> As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo (Art. 3).

O segundo movimento se refere à Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), que é um documento cujo objetivo principal consistiu na promoção de uma educação inclusiva, defendendo que todas as crianças, independentemente de suas habilidades e características, devem ter a oportunidade de receber educação de qualidade na escola regular. Essa Declaração também enfatizou a importância da valorização da diversidade e da promoção de uma sociedade mais inclusiva, destacando que "[...] as escolas deveriam acomodar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras" (p. 31), considerando que "o sucesso da escola inclusiva depende, consideravelmente, de identificação, avaliação e estimulação precoces das crianças bem pequenas, portadoras de necessidades educacionais especiais" (p. 33). Reforça que todos os governos devem "adotar em suas leis e políticas o princípio da educação inclusiva, matriculando todas as crianças nas escolas comuns, a menos que haja razões de força maior para não fazê-lo [...]". (p. 9). Salienta que "nas escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais devem receber todo apoio extra que elas possam requerer para garantir sua educação eficaz" (p. 12).

O público-alvo da educação especial, conforme a LDB 9394/96, são aqueles que apresentam necessidades educacionais especiais. Isso inclui pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A legislação estabelece que esses alunos devem receber atendimento educacional especializado, preferencialmente na escola regular, visando à sua plena integração e participação nos processos educacionais. Além disso, a LDB destaca a importância da formação continuada de professores para atender às necessidades específicas desses alunos.

Também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei Brasileira da Inclusão (Brasil, 2015) estabelece direitos e garantias para as pessoas com deficiência, visando promover sua inclusão social e combater a discriminação. A lei abrange diversos aspectos da vida das pessoas com deficiência, incluindo educação, trabalho, acessibilidade, saúde, moradia, entre outros. Ela reforça a importância da igualdade de oportunidades e do respeito à dignidade das pessoas com deficiência, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e justa.

No seu Art. 2º:

> considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Dessa maneira, vemos que as pautas de inclusão no Brasil são garantidas por lei e documentos oficiais que se referem a políticas públicas de educação inclusiva e a formação de professores especializados, objetivando amenizar os efeitos de exclusão. Nessa perspectiva, a nova ordem vigente é atender a todos, sem distinção. Para tanto, é importante que os professores se formem e se qualifiquem para que possam identificar e respeitar as diferenças existentes entre os alunos (Almeida et al., 2007).

Mantoan (2006) aponta que as escolas ainda acabam dividindo os alunos entre normais e deficientes, criando barreiras para se efetivar as mudanças que a inclusão busca. Já Moreira (2006) considera que essas mudanças não se limitam apenas à inserção do estudante na sala de aula, mas se refere à aceitação do diferente, onde a sala de aula deve ser um local de respeito às diferenças individuais, de cooperação entre os estudantes, havendo professo-

res capacitados para incluir todos os alunos em todas as atividades.

Aqui percebemos a importância do professor no processo de inclusão escolar. Lima (2010) aponta que ele é um dos sujeitos principais, estando envolvido e sendo o responsável maior no processo inclusivo e educativo da criança.

Dessa maneira, fica evidente a necessidade de se compreender a importância da formação do professor como um profissional que atuará na educação especial inclusiva. A escolarização de estudantes público-alvo da educação especial vai além de um trabalho meramente pedagógico, pois inclui pensar o sujeito como um ser em desenvolvimento, que possui suas limitações e especificidades, requerendo assim um ensino que priorize seu aprendizado ao longo da vida.

Não podemos ignorar o fato de que há pessoas com deficiência e que necessitam de adaptações específicas para melhor se desenvolverem no aprendizado. Considerar todos os alunos como iguais e que uma sala de aula é homogênea, não seria uma forma de inclusão, pois vemos que alguns precisam de adequações para acompanhar os conteúdos.

As adequações pedagógicas requerem um preparo do professor. Para tanto, deve-se pensar na formação do professor para atender essa demanda da educação especial inclusiva. Freitas (2006) considera que “refletir sobre a inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais no ensino regular leva-nos inevitavelmente a repensar a relação entre formação do professor e as práticas pedagógicas atuais” (p. 162). Não é possível trabalhar um conteúdo da mesma forma com todos os alunos. É necessário adequar às condições individuais de cada um, permitindo que todos adquiram o conhecimento.

Diante de todo esse contexto, é importante destacar as contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica na formação do professor para atender a demanda da inclusão educacional.

De uma forma ampla, a Pedagogia Histórico-Crítica propõe uma abordagem educacional que busca compreender a realidade social e histórica para promover uma educação crítica e transformadora. Almeida (2019, p. 47) observa que a escola “tem por objetivo a transformação da sociedade, sendo um campo fértil de lutas e oportunidades, refletindo que os aspectos políticos sus-

citados no currículo favorecem a autonomia e a emancipação da instituição escolar".

No contexto da formação do professor de educação especial, essa abordagem se mostra fundamental, uma vez que os educadores precisam estar preparados para atuar de forma consciente e engajada na promoção da inclusão e no atendimento às especificidades dos alunos.

Sendo assim, a formação do professor de educação especial dentro do ponto de vista da Pedagogia Histórico-Crítica envolve a compreensão das desigualdades sociais, das políticas educacionais inclusivas e das diferentes formas de como os alunos assimilam o conhecimento, sendo necessário um olhar crítico, possibilitando uma prática pedagógica que contemple as potencialidades de cada indivíduo.

Nessa perspectiva, a formação do professor de educação especial à luz da Pedagogia Histórico-Crítica não deve contemplar apenas aspectos técnicos e metodológicos, mas incorporar uma base humanizadora que permita compreender as raízes das desigualdades, o processo de exclusão e as possibilidades de transformação por meio da educação, colaborando efetivamente na construção de uma escola mais justa e inclusiva, resultando em uma sociedade mais igualitária e democrática.

Portanto, ao integrar os princípios da Pedagogia Histórico-Crítica em sua formação, o professor de educação especial estará mais bem preparado para enfrentar os desafios da prática pedagógica inclusiva, promovendo o desenvolvimento integral dos alunos com deficiência.

Partindo dessas considerações, Almeida et al. (2007) afirmam que:

> o movimento em favor da inclusão escolar continua sendo um grande desafio para os educadores no século XXI, pois rompe com o paradigma tradicional da educação. Nesse movimento, exige-se a busca de condições cada vez mais justas e eficazes para atender a todos os aprendizes, em suas necessidades e peculiaridades (p. 336).

Desse modo, "formar o professor, então, é muito mais que informar e repassar conceitos; é prepará-lo para um outro modo de educar, que altere sua relação com os conteúdos disciplinares e com o educando" (Almeida, et al., 2007, p. 336).

Para uma verdadeira educação especial inclusiva, é crucial desenvolver a percepção crítica dos professores em relação aos alunos e planejar métodos pedagógicos embasados em referências teóricas. Além disso, é necessário aproximar a prática educativa da realidade social, reconhecendo e valorizando as diversas corporalidades e combatendo as formas de exclusão presentes na sociedade.

Considerações finais

As considerações finais deste estudo sublinham a importância da formação continuada de professores dentro do contexto da Pedagogia Histórico-Crítica para enfrentar os desafios impostos pelas constantes transformações no cenário educacional. A pesquisa evidencia que uma abordagem educacional que valoriza a humanização e a inclusão é fundamental para promover uma sociedade mais justa e igualitária. Por meio da atualização constante dos educadores, é possível desenvolver estratégias e práticas pedagógicas que atendam às necessidades de todos os estudantes, respeitando suas singularidades e preparando os alunos para serem agentes transformadores em suas comunidades.

Este estudo reforça a noção de que a educação, sob a perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, transcende a mera transmissão de conhecimento, posicionando-se como uma prática emancipatória que estimula o desenvolvimento crítico e reflexivo dos estudantes. Portanto, investir na formação continuada de professores é investir no futuro da educação, garantindo que ela seja capaz de cumprir seu papel social de maneira efetiva e significativa.

Por meio das reflexões apresentadas, fica claro que os desafios contemporâneos da educação exigem uma postura proativa dos educadores e das instituições de ensino, que devem procurar se adaptar às mudanças e serem parte ativa na construção de um ambiente educacional inclusivo, humanizado e transformador. Assim, conclui-se que a formação continuada na Pedagogia Histórico-Crítica é um caminho promissor para alcançar esses objetivos, contribuindo significativamente para a formação de uma sociedade mais crítica, consciente e preparada para enfrentar os desafios do futuro.

Referências

ALMEIDA, S. C. D.; SPADA, A. P. P.; LEMES, S.P.B. Teoría histórico-cultural y la relación entre el uso de tecnologías asistenciales en la educación infantil y en los primeros años de la escuela primaria. **Revista Caderno Pedagógico**, Curitiba, v. 21, n. 3, p. 1-27, 2024. Disponível em: https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/3190/2329. Acesso em: 24 mar. 2024.

ALMEIDA, D. B. *et al*. Política educacional e formação docente na perspectiva da inclusão. **Educação**, v. 32, n. 2, p. 327-342, 2007. Disponível em: http://www.ufsm.br/ce/revista. Acesso em: 24 mar. 2024.

ALMEIDA, S. C. D. **Convergências entre currículo e tecnologias**. Curitiba: Intersaberes, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Declaração mundial sobre educação para todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem: aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, Jomtien – Tailândia, 1990. Brasília: Ministério da Educação, 1993. Disponível em: http://portal.mec.gov.br. Acesso em: 24 mar. 2024.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em http://portal.mec.gov.br. Acesso em: 24 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em http://portal.mec.gov.br. Acesso em: 24 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência** (estatuto da pessoa com deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 24 mar. 2024.

DUARTE, S. C. A luta pela educação do campo no contexto das políticas educacionais no Brasil. **Veredas**: Revista Interdisciplinar de humanidades, v. 6, n. 12, 2023. Disponível em: https://periodicos.unisa.br/index.php/veredas/issue/view/45/34. Acesso em: 26 mar. 2024.

FERNANDES JUNIOR, A. M.; ALMEIDA, F. J. DE .; ALMEIDA, S. C. D. A pesquisa brasileira em Educação sobre o uso das tecnologias no Ensino Médio no início do século XXI e seu distanciamento da construção da BNCC. **Ensaio:** Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 30, n. 116, p. 620-643, jul. 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-403620220003002943. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ensaio/a/FbMVxqZ6tLB9gytrRW6SNzn/?lang=pt. Acesso em: 26 mar. 2024.

FREITAS, S. N. A formação de professores na Educação inclusiva: construindo a base de todo o processo. *In*: RODRIGUES, D. (org.). **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006. p.

161-181.

LAZARETTI, L. M. Cadê o conteúdo que estava aqui? Interlocuções entre a Base Nacional Comum Curricular e a Educação Infantil. *In*: MALANCHEN, J.; MATOS, N. S. D.; ORSO, P. J. (orgs.). A Pedagogia Histórico-Crítica, as políticas educacionais e a Base Nacional Comum Curricular. Campinas: Autores Associados, 2020. p. 107-130. Disponível em: https://classroom.google.com/u/1/w/NDc5NjExMzE3MTIx/t/all. Acesso em: 26 mar. 2024.

LIMA, H. T. S. O papel do professor no contexto inclusivo: uma reflexão a partir da teoria de subjetividade. **E-Revista Facitec**, v. 4, n. 1, 2010. Disponível em: https://docplayer.com.br/19366513. Acesso em: 26 mar. 2024.

MALANCHEN, J.; SANTOS, S. A. Políticas e reformas curriculares no Brasil: perspectiva de currículo a partir da pedagogia histórico-crítica versus a base nacional curricular comum e a pedagogia das competências. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 20, p. e020017, 2020. DOI: 10.20396/rho.v20i0.8656967. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8656967. Acesso em: 24 jul. 2024.

MANTOAN, M. T. E. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. *In*: MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G. (orgs.). **Inclusão escolar.** São Paulo: Summus, 2006.

MARTINS, L. M. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar**: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. 2012. Tese (Livre-Docência em Psicologia da Educação) – Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2012.

MÉSZÁROS, I. A educação para além do capital. *In*: MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOREIRA, M. A inclusão do deficiente auditivo usuário de implante coclear: um olhar familiar à luz da legislação. **Construindo o Serviço Social**, n. 16, p. 59-87, 2006. Disponível em: www.scielo.br/j/edur/a/WYpDcmkRfD86Ftvwj9mgTFd/. Acesso em: 26 mar. 2024.

SAVIANI, D.; **Escola e democracia:** teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 2000.